

Juventudes na Amazônia: racismo, violências, desigualdades raciais e estratégias de enfrentamento

Youths in the Amazon: racism, violence, racial inequalities and coping strategies

Lúcia Isabel da Conceição Silva

Universidade Federal do Pará

Belém-Brasil

Lúcia Rabello de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro- Brasil

Alexandre Adalberto Pereira

Universidade Federal do Amapá

Macapá-Brasil

Resumo

O artigo analisa a exposição de jovens a violências, racismo e desigualdades raciais, bem como, as percepções, impactos subjetivos e estratégias de enfrentamento a estas violências. Os dados provêm de uma pesquisa com 96 jovens com idade entre 14 e 24 anos, majoritariamente negros e negras, de duas escolas de Ensino Médio, de bairros periféricos da cidade de Belém-Pará, na Amazônia brasileira. A metodologia constou de três Grupos de Diálogo. Foi identificada altíssima exposição a violências raciais, característica da iniquidade geracional e impactos subjetivos como medo intenso, insegurança e mudanças na rotina e comportamentos. Mostra-se também que, eles/as tendem a naturalizar as violências, como estratégia de convivência e também reivindicam um papel especial da educação e da escola para o enfrentamento das violências raciais com expectativas de mudança de vida.

Palavras-chave: Juventudes na Amazônia; Violências raciais; Iniquidade geracional

Abstract

This paper analyzes the exposure of young people to violence, racism and racial inequalities, as well as the perceptions, subjective impacts and strategies to cope with such types of violence. Data was generated by a survey carried out with 96 young people aged between 14 and 24 most of whom were black males and females in two high schools in peripheral neighborhoods of Belém, the Capital city of the State of Pará, in the Brazilian Amazon. The methodology employed comprised three dialog groups. The survey identified very high exposure to racial violence characteristic of generational iniquity and subjective impacts such as intense fear, insecurity and changes in routine and behavior. The survey also revealed that the young people tend to naturalize violence as a coexistence strategy and that they also claim a special role for education and the school to face racial violence with life-changing expectations.

Keywords: Youth in the Amazon; Racial violence; Generational inequity

Introdução

O artigo analisa a exposição e percepções de jovens a violências, racismo e desigualdades raciais e suas estratégias para enfrentá-las. Os dados são de uma pesquisa realizada com 96 jovens negros e negras, com idade entre 14 e 24 anos, estudantes do Ensino Médio, de duas escolas públicas da periferia de Belém-Pará, na Amazônia brasileira¹. As questões discutidas são: a quais violências raciais os/as jovens estão expostos e como elas ocorrem? Quais percepções os jovens têm destas violências? Quais estratégias constroem para lidar com elas e como percebem o papel da escola na construção destas estratégias de enfrentamento?

A metodologia constou de três Grupos de Diálogos (GD), um procedimento de pesquisa que propõe a interação entre os/as participantes para compreender suas experiências e as percepções sobre elas (IBASE; PÓLIS, 2006; SANTOS; SILVA, 2020). Cada GD durou em média 2 horas e meia e foram discutidas as temáticas: 1) O que é ser jovem?); 2) violências e racismo e 3) escola, sociabilidades e participação. Cada GD seguiu uma metodologia padrão: apresentação dos/as participantes, seguida da apresentação de um “cenário de diálogo”, com um material provocador (vídeo curto, texto e tabelas com dados da juventude brasileira) e o diálogo propriamente dito.

Os Grupos foram gravados em áudio na íntegra e depois, transcritos e sistematizados numa matriz de análise utilizando elementos da Análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Compreendendo Racismo, violências raciais e condição juvenil na Amazônia

O Brasil tem cerca de 60 milhões de adolescentes e jovens, cerca de 30% da população, sendo que mais da metade compõem o segmento mais pobre, sendo majoritariamente negros/as e habitantes das periferias das grandes cidades (IBGE, 2021). São um grupo de sujeitos vulnerabilizados, submetidos à negação de direitos, violências, pobreza, desigualdades sociais e raciais que caracterizam a iniquidade geracional, termo usado por Castro, Gabriel e Lara (2019) para se referir à forma como as novas gerações, pretas e pobres, são abandonadas ou desamparadas nas sociedades atuais e “como uma geração está sendo afetada de uma maneira injusta, ilegítima, ilícita, cruel por outra geração” (CASTRO; GABRIEL; LARA, 2019. p. 43).

Estas condições afetam as juventudes por todo o país, mas com grandes diferenças regionais (SILVA, 2020). A compreensão desta diversidade exige uma perspectiva contextual e histórica que foque nos processos de interações dos sujeitos em seus contextos e experiências concretas de vida, olhando a pluralidade de variáveis que atravessam tais experiências e configuram suas trajetórias e a diversidade da condição juvenil.

Dados da Pnad Contínua (IBGE, 2022), apontam, por exemplo, 8,6 milhões de desempregados e 18,5% de taxa de desocupação. O UNICEF (2022) alertou para a exclusão de mais de dois milhões de crianças e adolescentes da escola em 2022, sendo a necessidade de trabalhar o principal motivo para tal exclusão.

No tocante às desigualdades regionais, as Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os piores indicadores. Dados do INEP (2022) mostram que apenas 36,4% dos municípios da Região Norte atingiram a meta do IDEB do Ensino Fundamental para a rede pública. Enquanto no Sudeste quase 74% dos municípios superam a nota seis no índice, a Região Norte amarga o percentual ínfimo de 4,9% dos municípios a atingir esta meta. As taxas do Ensino Médio nestas regiões também são abaixo da média nacional, com apenas 2,6% (Norte) e 7,6% (Nordeste). Em que pesem as críticas a este sistema de avaliação, trata-se de um dado importante, já que é o principal instrumento de avaliação da qualidade da educação no país.

Outro dado importante diz respeito às taxas de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e nem trabalham no Brasil, que em 2022 foi de 25,8% (IBGE, 2022). Novamente, as regiões Norte e Nordeste superam a média nacional com taxas de 30,5% e 35,3% respectivamente.

É plausível supor que estes dados têm relação com a dinâmica geopolítica da região, de grande violação de direitos e alvo histórico de projetos de desenvolvimento exploradores de recursos e cujo principal resultado são os altíssimos custos sociais e ambientais, conflitos de terra e violências (PORTO-GONÇALVES, 2018; RAISG, 2021).

A Amazônia é uma das regiões da maior percentual de população negra e afrodescendente do país, chegando, em alguns estados, a 80% de população (IBGE, 2021). Isso torna a análise racial imprescindível para compreender as violências e vulnerabilidades da população e, aqui em especial, parte das juventudes negras que, dentro da disputa territorial na região, são as expulsas de seus territórios originais para se reterritorializarem nas periferias

das cidades, em condições precárias e onde faltam políticas públicas.

Esses processos são, sem dúvida, racialmente estruturados, pois refletem as estratégias de hierarquização social a partir da invenção da raça (QUIJANO, 2005), com negros/as sendo posicionados/as no lugar da inferioridade, da subalternidade ou do não-lugar Fanon (2008), o lugar das periferias e favelas brasileiras.

Exploração e opressão são as duas táticas desta relação de poder (GONZALEZ, 2018), cuja potência consolidou de tal forma o racismo na sociedade, impregnando todas as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e psíquicas (GROSFOGUEL, 2008), que fez/faz naturalizar e internalizar a mentira da superioridade, por meio da qual, a hierarquia, os privilégios da branquitude e o direito a subjugar e oprimir os/as negros/as se mantêm poderosamente estabelecidos, sob o falso ideal de igualdade e democracia racial. A isso Lélia Gonzalez (2018) chama de racismo por denegação, conceito que reconhece a força da internalização do racismo, como neurose cultural (GONZALEZ, 2018) ou como atitude mental que é o “próprio coração do racismo” (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 172), vivido cotidianamente e de forma mais implacável pelas novas gerações pretas, pobres e periféricas.

Concordamos com Almeida (2019, p. 15), quando reconhece a natureza “sempre estrutural” do racismo, “ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. É este racismo antinegro, estrutural e estruturante que explica alguns indicadores importantes da condição juvenil brasileira, como por exemplo, jovens pretos/as e pardos/as, em especial as mulheres serem quase o dobro dos brancos na situação daqueles/as que nem estudam e nem trabalham; pretos e pardos receberem 50% do rendimento dos brancos, serem os de menor acesso ao ensino superior no Brasil, sendo apenas 18% enquanto os brancos são 36,1%; serem 73,5% mais expostos a viver em domicílios com condições precárias e também os que apresentam as piores condições de saúde, com as mulheres negras tendo as piores condições no geral (IBGE, 2019; 2022).

A esses dados se soma um dos mais graves, que é o extermínio de jovens negros. Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros, do sexo masculino e moradores das periferias (CERQUEIRA et al., 2018, 2020, 2021). No ano de 2022, o Brasil registrou mais de 40 mil homicídios, sendo 77,9% de negros e mais, a Amazônia concentrou um terço das cidades mais violentas neste ano, com taxa 38% acima da média nacional (FBSP, 2022). Dados mostram ainda que há relação entre

acesso à educação, raça e garantia da vida. Um jovem com apenas sete anos de estudo tem 16,9 vezes mais chance de ser assassinado do que um jovem com nível superior e, pretos e pardos têm 147% de chances maiores de morrer de forma violenta do que brancos (CERQUEIRA *et al.*, 2018, 2020).

Estudos sobre juventudes, racismos e violências no Norte do Brasil

Algumas pesquisas com jovens da Cidade de Belém - Pará - Amazônia ajuda a demonstrar a exposição das juventudes negras e periféricas a violências diversas.

O estudo de Moura; Silva; Nunes e Maia (2018. p. 5), com 658 jovens entre 13 e 24 anos da periferia da cidade de Belém-Pará identificou que os/as jovens convivem com alta violência na comunidade e na escola: 61,8% afirmam já terem sofrido algum tipo de violência fora de casa, sendo as principais: “soco e surra” (15%); “ameaça ou humilhação” (30,3%); agressão com objeto” (8,9%) “mexeu no meu corpo contra minha vontade” (5,3%) e “relação sexual forçada (2,3%)”. As autoras demonstram que os colegas de escola, membros da família e vizinhos são os mais frequentes autores das violências.

Maia, Nunes e Silva (2017) também identificam elevada exposição à violência intrafamiliar, sendo “soco ou surra” e “ameaça ou humilhação” as mais frequentes. As autoras identificam as mães como principais autoras das violências e problematizam a contradição sobre como o contexto familiar, em tese um contexto protetivo tendo a figura materna como de apoio, pode virar um contexto de alto risco e violência. Para as autoras, os fatores macro contextuais como pobreza, violência estrutural e negação de direitos têm papel importante nesta mudança.

Santos e Silva (2020) analisaram as implicações das violências e eventos estressores em jovens e identificaram medo, perdas de pessoas próximas, brigas com colegas e assédio sexual na internet como os principais.

O estudo de Nunes, Pontes, Silva e Dell’Aglia (2014) e Maia, Nunes e Silva (2017) também mostram que a trajetória escolar de crianças e jovens negros/as é mais descontínua, com evasão e reprovações e também marcada por violências raciais. O estudo de Silva (2020), também confirma a descontinuidade e violências sofridas, mostrando que têm um impacto no prosseguimento dos estudos e nas expectativas de acesso ao Ensino Superior.

Juventudes na Amazônia: racismo, violências, desigualdades raciais e estratégias de enfrentamento

Os estudos fornecem um panorama da exposição dos jovens a violências, trazendo a necessidade de compreender melhor tais processos e seus impactos, entender como esses sujeitos os experimentam, as percepções que constroem e os impactos em suas vidas. Pensa-se que compreender estas questões, significa também, pensar pistas para enfrentar a iniquidade geracional.

Dialogando com jovens sobre suas experiências de vida, violências, racismos e estratégias de enfrentamento

Esta seção discute as narrativas dos/as jovens compreendendo a exposição às violências, seus impactos e como enfrentam. O material coletado nos GD foi analisado a partir das seguintes etapas: leitura geral do material transcrito; identificação de frequência e similaridade de ideias e percepções; agrupamento e categorização pelos eixos temáticos a seguir.

A conspicuidade da violência

Nossos dados corroboram estudos que mostram o contato cotidiano e diverso dos/as jovens com violências, resultado do racismo estrutural nos territórios periféricos: violência doméstica e na comunidade, violência policial, assaltos, homicídios, estupros, envolvendo os/as jovens ou alguém muito próximo.

A violência para mim é uma coisa horrível, eu vivo no meio de tanta violência que até parece normal viver no meio de tanta gente má que se torna tudo normal. É normal ver uma mulher sendo espancada, ver um mano meu roubando, tudo isso é normal, e eu me pergunto por que é tão triste esse mundo de hoje? (F, preta, 18 anosⁱⁱ)

Já perdi sete amigos para criminalidade, sete amigos meus já foram assassinados. (M, pardo, 19 anos).

Tal exposição é repetitiva, variada e constante, o que tende a agravar seus impactos. A conspicuidade da violência é um indicador importante da iniquidade geracional já referida.

Uma dimensão “especial” desta violência é aquela cometida por agentes do Estado: “a polícia já me agrediu várias vezes na rua, só porque sou negro” (M, Preto, 19 anos).

*Uma vez tava eu e meu amigo de bicicleta, aí a polícia parou eu, e revistou eu, que sou negro, mas não revistou e nem parou meu amigo que é branco. Nesse dia eu me senti envergonhado, até hoje eu tenho vergonha de falar, é uma situação ruim, mas nessas horas a gente enxerga a diferença de ser branco e negro, e quem é que sofre. Eu não sou bandido, não estava devendo nada, **só que mesmo assim eu senti medo** (M, preto, 18 anos)*

Eles ficaram perguntando se eu tinha arma, aí eu falei que não, eles ficaram, ficaram um tempão me segurando lá. [...] e depois mandaram eu ir embora. Aí ele falou: “Te dou 10 segundos.”; Vou te dar 10 segundos pra ti sair daqui antes que eu mude de ideia (M, preto, 18 anos).

A violência policial é expressão do racismo que atinge os grupos pobres e negros, que, além da segregação e ausência de direitos, vivem a coerção, a suspeição e a violência direta da instituição cujo papel esperado é o de proteção e segurança. O agente estatal reproduz a agudiza as violências já tão presentes nas periferias, elegendo vidas descartáveis para violentar: “As pessoas discriminam nosso bairro, acham que aqui mora só bandido” (M, pardo, 17 anos).

A interrogação sobre os determinantes da violência

Sobre o porquê da violência as respostas são diversas, enfáticas e apontam para causas múltiplas, desde a família, as más condições de vida, a ausência do Estado, o não acesso a direitos.

Eu acho que o abandono de certas coisas, como por exemplo, do Estado em relação às áreas periféricas, faz ocorrer à violência (F, parda, 18 anos)

Já vem de gerações [...] a pessoa já vem crescendo vendo isso. Então quando cresce uma mulher, vira uma esposa, vira pai, acaba passando para o filho. A minha mãe mesmo fala, que quando ela tinha minha idade, ela foi muito agredida, ela foi agredida pela mãe dela, pela minha avó, ela queimou a mão da minha mãe, ela deu na minha mãe com o facão. (F, parda, 17 anos)

Os/as jovens também aderem à narrativa de que os sujeitos periféricos são ou se tornam violentos e reproduzem as violências, é empurrada para a violência, sendo praticamente impossível romper esse ciclo.

De igual modo, responsabilizam as próprias vítimas pelas violências sofridas, como a fala de uma jovem sobre o assassinato de um jovem da turma: “foi uma escolha. Eu faço de tudo pra não passar por isso, estudo muito, faço cursos, me esforço, não deixo passar

nenhuma oportunidade” (F, branca, 19 anos). Esta fala reflete a internalização da narrativa da individualização, sem dimensionar o caráter mais amplo e estrutural das violências e vendo como “opção” aquilo que, na verdade, é resultado da falta de opção e de oportunidades que os protejam das violências, papel que, como já mencionado, a educação pode cumprir.

Racismo e desigualdades raciais na produção e manutenção das violências

Além da marca racializada do privilégio branco, o histórico processo de opressão colonial constituiu um pacto de exclusão e violências contra negros/as, que é percebido pelos/as jovens.

Em questão do racismo é ir num lugar e o tratamento ser diferente [...] e, principalmente, quando os policiais, não querendo julgar, é eles que faz a nossa segurança, mas um tratamento pro negro e pro branco é totalmente diferente. É muito diferente vê um branco morando na favela do que um negro e quando a gente vê isso, vê um branco na favela, mesmo assim o tratamento é diferente. Nossa, essa cidade é racista sim (M, pardo, 19 anos)

Eu acho que é o abandono de certas coisas, do Estado em relação às áreas periféricas. A gente não tem saneamento; a gente não tem uma educação boa, a gente não tem uma estrutura, digamos assim, satisfatória; a gente não tem lugares de saúde que seja satisfatório, a gente não tem também segurança satisfatória (F, parda, 18 anos).

É impossível não localizar a raça como elemento estruturador do cenário de violências e desigualdades nos diálogos travados com os/as jovens. É o racismo que não se esconde:

Aí quando eles chegaram no templo central pra tocar, quando o pastor viu eles assim, os dois tinham cabelo cacheado, né, bem negão mesmo. Aí os caras chegaram e foram pra cantar e aí o pastor disse: “Não, vocês não vão tocar aqui”. Simplesmente assim, ele indagou porquê, e ele disse: “Olha o cabelo de vocês como tá, vocês já viram esse cabelo aí. Não dá pra tocar desse jeito”. Caramba! O cabelo não tem nada a ver. Eu me injuriei nesse dia. É uma coisa que machuca (M, preto, 22 anos).

Mas que às vezes se dissimula na busca de explicações outras ou sob a narrativa da convivência harmoniosa. Isso faz do racismo no Brasil “um crime perfeito”, como afirma Munanga (2010).

Até pessoas negras quando vê outro negro, já acha que é ladrão, já acha que é isso, acha que é aquilo. Porém isso são fatores dados pela sociedade. Não porque você é negro (M, pardo, 18 anos).

Algumas percepções apontam para a compreensão do racismo como questão histórica ligada ao projeto colonial de poder e que, mesmo com estratégias diferentes, continua produzindo desvantagens sociais.

Quando acabou a escravidão, pra onde é que foram as pessoas negras? A gente não deu base pra elas, a gente não deu educação, a gente não deu emprego, a gente não deu um leite pra elas, a gente simplesmente largou elas: Vocês estão livres. Se virem agora. Entendeu? Vão. E pra onde é que elas foram? Elas foram pro alto do morro, por quê? Porque o centro já tava ocupado pelos brancos. Então pra onde é que a gente vai? Pra algum lugar. As favelas são compostas pela maioria dos negros. Um lugar onde a criança vive em meio à violência, em meio ao tiroteio, onde ela se sente excluída, a educação é péssima, onde os pais dela não conseguem emprego. (M, pardo, 20 anos).

Outros/as o percebem como uma dimensão comportamental e individual, determinando preconceitos no nível das relações entre interpessoais somente.

Até pessoas negras quando vê outro negro, já acha que é ladrão, já acha que é isso, acha que é aquilo. Porém isso são fatores dados pela sociedade, não é porque você é negro. (M, pardo, 18 anos).

Tem pessoas negras também que têm preconceito com pessoas negras. O meu tio...É verdade. [pequeno coro e risos], ele é negro, só que tipo, ele não gosta de gente negra, ele não gosta de preto, ele fala: “Ah! Tinha que ser preto!”, sendo que ele é um. E ele se considera branco pela cor dele. Ele é preconceituoso com todos meus amigos e do filho dele. Quando ele vê um preto na rua é capaz dele matar porque ele não gosta (M, pardo, 18 anos).

A não compreensão mais ampla do racismo ou a defesa consciente do privilégio da branquitude leva à afirmação de que os/as negros/as também são racistas ou à narrativa do “racismo reverso”, o que desqualifica a luta antirracista por ocultar sua perspectiva estrutural.

Eu acho que sim, existe racismo reverso. Porque assim, no primeiro ano a gente tinha que falar sobre racismo. Aí a gente foi atrás de uma pessoa e quando ela chegou, ela começou: Porque as pessoas brancas não prestam, porque as pessoas isso e aquilo. Aí teve até uma amiga que falou assim, que, ela era bem branca, bem branca mesmo, aí ela falou assim, que pessoas brancas também sofrem racismo de pessoas negras porque pelo

Juventudes na Amazônia: racismo, violências, desigualdades raciais e estratégias de enfrentamento

fato deles sofrerem também, eles começam acusar, a falar que pessoas brancas não prestam, que pessoas brancas são isso e aquilo. No meu ponto de vista, não só pessoas negras sofrem racismo, como pessoas brancas também. (M, pardo, 18 anos)

Aqui vale retomar Almeida (2019. p. 15) quanto à natureza “sempre estrutural” do racismo, constitutivo de toda a organização econômica, social, política e cultural das sociedades com a subalternização da população negra, o que exclui a possibilidade do pretenso racismo reverso.

Vale também assinalar a força da propaganda racista sem a qual, o racismo não sobreviveria (MUNIZ SODRÉ, 2023; GONZALEZ, 2018; MUNANGA; GOMES, 2016). O efeito poderoso desta é o racismo por denegação (GONZALEZ, 2018) ou sua diluição como discriminação ou como conflitos pessoais descolados da raça, já que negros também cometem.

A percepção comum de olhar racismo como questão comportamental ou individual, acaba por engendrar narrativas de acusações pessoais, nas quais as pessoas brancas se sentem acusadas ou vítimas de racismo. Aqui cabe discutir a branquitude, como processo de racialização dos brancos como superiores, cujos privilégios sustentam a persistência das desigualdades raciais (BENTO, 2014; CARDOSO, 2010).

Importante ainda, é uma leitura interseccional que mostre as relações entre as diversas violências de gênero, raça, classe social, geração, sexualidades e territorialização nas periferias atuando conjuntamente na configuração de violências ainda mais cruéis sobre os/as jovens, como é o caso de lgbti+fobia: “Depois que eu confessei que eu era gay, eu me cortei, me feri, eu sofri demais, quando a minha mãe não quis aceitar o fato de eu ser gay, ela não aceitou o fato de eu ser gay. Ela não gostou de saber” (F, negra, 19 anos). O sofrimento retratado nesta fala nos impele a questionar como uma mãe, que em tese, compartilha com a filha a mesma situação opressiva de raça e classe, pode cometer tamanha violência. Novamente, uma possível explicação é a potente internalização dos padrões de poder, neste caso, o padrão heteronormativo compulsório, integrante, conforme Grosfoguel (2008. p. 122) do “pacote mais complexo e enredado’ do sistema-mundo-colonial do qual nenhuma relação escapa.

O racismo e seu contíguo: o privilégio da branquitude

É impossível separar o racismo do privilégio branco, que se constituem polos antagônicos de um mesmo fenômeno, já que a desumanização de um grupo se dá e se sustenta pelos privilégios do outro.

São questões sociais porque, querendo ou não, o branco sempre teve mais dinheiro, sempre teve mais privilégios, sempre teve mais coisas. O negro não, quem não tem vai correr atrás. E simplesmente o branco sempre achou que por ele ser rico e o negro sempre ser pobre, “Quem que vai roubar? Quem que vai fazer isso? Quem que vai fazer aquilo”. Já rotula (M, preto, 21 anos)

Desde os primórdios a gente vê que as pessoas brancas elas são sempre as que mais têm privilégios. Se você imagina um “empresário”, você imagina uma pessoa branca. Você sempre imagina “branco” num lugar com privilégio, com dinheiro, com poder e sendo como o padrão (F, parda, 22 anos)

Impossível não aludir ao padrão histórico racista de classificação e posicionamento das pessoas povoando o imaginário social, e agindo, tanto na determinação concreta dos lugares sociais de subalternidade dos sujeitos negros ou do não-lugar quanto na construção simbólica dos rótulos ou das expectativas de lugar (FANON, 2008; QUIJANO, 2005).

Alguns efeitos subjetivos da violência racial estrutural

Quais os custos subjetivos, emocionais e comportamentais da convivência cotidiana com violências? Compreender estes processos e o que desencadeiam, nos ajuda a revelar as marcas e a gravidade desta exposição para as novas gerações.

O sofrimento e a automutilação relatados pela jovem anteriormente, diante da rejeição da mãe à sua sexualidade são denotativos do efeito nefasto da violência, uma expressão gritante e cruel da iniquidade geracional.

Outra marca forte aparece numa rodada de apresentação em um GD. Foi pedido aos jovens que dissessem seus nomes e uma palavra que os definissem naquele momento. A sequência de palavras é, no mínimo, “preocupante”.

*Nesse momento a palavra que me define é a "preocupação e o medo".
Sou a BF, sou do 2º ano do ensino médio, e o que me define no momento, infelizmente é a ansiedade e preocupação.
Sou AS, curso o segundo ano, no momento o que me define é preocupação também.
Sou SV, a palavra que me define hoje é preocupação e medo.*

Juventudes na Amazônia: racismo, violências, desigualdades raciais e estratégias de enfrentamento

*Sou BC, primeiro ano o que me define é ansiedade.
Sou SH, a palavra que me define é medo.*

O que dizer de uma sociedade na qual as clássicas definições da juventude como a fase da alegria, da rebeldia, da energia para planejar o futuro, dão lugar ao medo, à ansiedade, à preocupação? Outros depoimentos ajudam a entender um pouco mais os impactos nas subjetividades:

Eu nunca liguei muito para os que outros falam de mim, pois eu sei quem eu sou, mas isso faz com que a gente se afaste de algumas pessoas e sinta medo e até entrei em depressão (F, preta, 20 anos).

Durante esse tempo que aconteceu a chacina eu andava com muito medo, eu andava com muito medo, eu entrei em estado de choque e perguntava: será que vão me matar, será que vai me acontecer alguma coisa? (F, Parda, 18 anos).

Tanto é que eu tinha uma amiga que ela ficou com tanto medo que ela passou o mês todo chorando, ela tinha tanto medo que ela não queria nem sair da casa dela, por que ela não queria morrer. (F, Parda, 19 anos).

O medo é a mais frequente emoção retratada, é a marca de uma geração. Todos/as revelam sentir e viver com medo e relatam que este os impede ou dificulta a vivência das poucas oportunidades que têm.

Em alguns momentos o medo tende a paralisar os jovens, em outros, impulsiona a encontrar estratégias, alguns mudam significativamente a rotina:

*Sim, eu aprendi a viver com medo. Porque dá medo.
Sim, eu evito tanto de sair, antes eu tinha mania de chegar tarde em casa, hoje eu só chego cedo. Alterou toda minha rotina (M, pardo, 22 anos)*

A tendência à naturalização também é frequente. As situações já não ensejam estranhamento. Pode ser ainda, uma estratégia intencional para (com) viver, aprender a “deixar o carro prata passar” e seguir a vida.

Olha, ele relatou que por causa desse episódio ele sofreu uma mudança brusca na rotina dele, na vida dele, começou a chegar cedo. Mas eu não, eu continuei com a minha vida normalmente, agindo normal, fazendo tudo que fazia antes. Por que isso se tornou algo normal, isso já virou algo que acontece normalmente, varias pessoas morrem aqui. Assim, o carro prata mata, e ai passou, e a minha vida seguiu normal. Como o meu pai fala: quem não deve não teme, e pronto (M, pardo, 20 anos).

Há um certo raciocínio mágico de se imaginar imune à violência ou ainda de pensar que “quem não deve, não teme”. Entretanto, os dados indicam que não é fácil se manter imune à uma violência tão alastrada. Ademais, o racismo, sabemos, independente daquilo que cada jovem faça ou deixe de fazer.

Junto ao medo, outras subjetividades se constroem no racismo: desesperança, dor, tentativas de apagar ou negar a identidade, perseguindo o sonho do branqueamento ou do ideal branco de beleza, mudar de vida.

Os meninos não gostam de mim, por causa do meu cabelo e tom de pele, eu não sou o padrão deles. Eu já alisei o cabelo, hoje não faço mais. (F, preta, 19 anos).

Eu já sofri. É mais em relação ao cabelo, as pessoas ainda têm muito preconceito com cabelo cacheado, é incrível. Pouquinhos, poucas palavras, elas acham que não ofendem, mas ofendem sabe, tipo, pegar o cabelo e falar: “Nossa! É macio!”. Como se fosse a coisa mais. Eles ficam: “Dá pra lavar? Sem noção (F, preta, 19 anos).

A leitura interseccional também nos ajuda a compreender a maior pressão do racismo sobre as meninas negras, integrada à opressão patriarcal de gênero: são as mais impactadas pelo medo, as mais pressionadas a se aproximar de um padrão branco de beleza e ser admirada pelos meninos.

Alguns/as vivem em alerta constante, na iminência do perigo, os sintomas depressivos aumentamⁱⁱⁱ.

Ele falou do caso da chacina na escola, aí eu fiquei pensando (risos), por que a gente estuda nesse andar aqui, aí eu comecei a pensar, a analisar a situação e falei: meu Deus, se eles entrarem aqui a gente vai morrer, por que a gente não vai ter pra onde correr (risos) (M, 18 anos, preto).

O medo obriga os/as jovens a comportamentos vigilantes e a armar estratégias para minimizar o risco. Vemos subjetividades forjadas na imagem da inferioridade, do medo e ameaça constante, um cenário de desesperança que caracteriza a vida das juventudes nas periferias, de uma geração marcada e consumida pelas violências.

As demandas dos /as jovens em relação à escola: pistas para uma educação antirracista

Mas, em meio às adversidades, há as falas de esperança e demandas dos/as jovens: “existe racismo, existe! Mas os negros não podem ficar guardados e acuados por medo”. (M, pardo, 19 anos). As pistas passam pela religião, pela autoafirmação racial, esforço individual, envolvimento político, mas o acesso à educação e mudanças na escola têm papel destacado:

Quem tá morrendo é a gente. Então quem tem que lutar pelos seus direitos é a gente! Porque eu tenho fé em Deus que um dia eu vou me formar e quando eu formar, eu não vou esquecer todas as situações que eu passei, eu não vou esquecer o bairro do Guamá, eu não vou esquecer esta escola. Mas cada vez que cada um daqui que pega um caderno e pega uma mochila e tenta vir pra escola, tenta estudar, é bom. Se formar e entrar na Federal, entendeu, que antigamente a predominância era de gente rica, mas hoje, graças a Deus tá mudando (M, 19 anos, pardo).

Acessar a universidade, se formar, mudar sua vida e seu entorno, são sonhos reiterados nas falas e a educação é forte depositária das expectativas de mobilidade e melhoria da vida. Eles percebem que o Ensino Superior está mais acessível, um resultado das políticas de ações afirmativas que diversificaram o público da universidade pública, que está se tornando mais plural e inclusiva e tem mudado as expectativas dos/as jovens em acessá-la (HERINGER, 2014; SILVA, 2022).

Os/as jovens também questionam as condições das escolas e a qualidade das práticas educativas:

Quatro milhões aí fica fora, ou seja, só um quarto daqueles que se inscrevem conseguem. Aqueles outros que não conseguiram entrar? Vocês acham que essa grande maioria, apesar do sistema de cotas, vem de onde? E é por que eles não são inteligentes? É por que eles não estudaram? Por que eles não se esforçaram? Ou é por que simplesmente não tem vaga pra todo mundo? E aqueles que têm mais condições de ter um melhor estudo? Tem também as condições das escolas. Aqui era mais calorento se a gente não fosse lá reclamar, não tinha esses ar condicionado. E mais, além da estrutura tem que estudar o mesmo que eles estudam lá (M, pardo, 18 anos).

A gente estuda a escravidão? A gente estuda, mas só em 2011 que a gente começou a estudar os africanos mesmos. A gente não estuda, a gente só vê os negros, a gente é ensinado assim nas escolas, a gente vê: “O negro foi escravo, o negro é escravo, o negro é isso...”. A escola também associa a nossa cabeça a sempre olhar os negros e associar eles à escravidão (M, 18 anos, pardo).

Os/as jovens enxergam um papel e lugar para a educação e para escola no enfrentamento ao racismo estrutural. Reivindicam acesso, educação de qualidade, igualdade de oportunidades, um outro currículo que refaça a percepção da população negra e que garanta formação e experiências de aprendizagem que os permitam disputar os processos seletivos ao Ensino Superior “estudar o mesmo que estudam lá”, na escola dos brancos, dos ricos.

As narrativas aqui apresentadas reafirmam a importância da escola na inclusão social das novas gerações, sobretudo, os negros/as e pobres. Eles e elas, ainda que reconheçam problemas, apostam na função da escola e da educação, reivindicando-a como espaço contribuidor ao enfrentamento das violências em diferentes perspectivas e dimensões.

Considerações finais

O artigo identificou grande exposição a violências em jovens negros e negras da periferia de uma cidade amazônica e argumentou a favor da existência de relações entre as narrativas dos jovens e os indicadores gerais de desigualdades, racismos e pobreza que caracterizam a iniquidade geracional a que estão submetidas as juventudes brasileiras e em especial, as da cidade de Belém que, sendo a segunda maior cidade da Amazônia, expõe características contraditórias de uma metropolização racista que confina a população negra nas condições precárias das periferias. Infere-se que, no caso da Amazônia, os indicadores sociais estão relacionados aos impactos dos grandes projetos de desenvolvimento, excludentes e devastadores dos territórios que provocam deslocamentos territoriais forçados e grandes inchaços das periferias das cidades.

Identificou-se também os fortes e graves impactos subjetivos desta exposição, confirmando as marcas de uma juventude que vive sob a égide da violência, chamando a atenção para, além das exclusões concretas, a experiência do medo e da ansiedade constantes como fenômenos subjetivos e o que isso pode significar para as identidades destes jovens e suas significações contraditórias ou mesmo perigosas para esta geração.

Os jovens reconhecem o racismo estrutural na raiz das violências e denunciam a ausência de políticas e direitos nas periferias, denunciam a ação violenta e racista das polícias e reclamam a ação do Estado.

A despeito das adversidades, os/as jovens reconhecem que a educação e a escola têm papel fundamental no enfrentamento, sendo a grande depositária das expectativas de transformação das suas condições de vida. Nesta perspectiva, eles/as reivindicam acesso à universidade, práticas educativas inclusivas, escola com boa estrutura, apoio institucional e um currículo que atenda seus interesses e demandas, proporcionando mais oportunidades de acesso ao Ensino Superior.

Fica patente nos dados a responsabilidade do Estado brasileiro que falha em cumprir as promessas de inserção e pertencimento das juventudes e na superação das desigualdades raciais, requisito fundamental para a concretização da democracia no país.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977.

BENTO, M. A. branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I., BENTO, M. A. (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev. Latinoam. cienc. soc. niñez juv**, 8(1), p. 607-630, 2010.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**. São Paulo: FBSP, 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2020**. São Paulo: FBSP, 2020.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

FANON, F. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

GABRIEL, C. T.; CASTRO, L. R.; LARA, Juliana Siqueira de. Os jovens e os velhos: uma atualização de um embate frente a algumas questões nacionais. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 48-67, jun. 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

Grosfoguel, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, p.115-147, 2008.

HERINGER, R. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista TOMO**, n.24, p. 17-35, jan-jun. 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostras de domicílios**. 2022.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2021.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 04.12.2022

MAIA, R. C.; NUNES, T. R. SILVA, L. I. Da Proteção ao Risco: Configurações da Violência Intrafamiliar na Juventude Paraense. **Psicologia: Teoria e Pesquisa (UNB)**, v. 33, p. 1-8, 2017.

MOURA, G.; SILVA, L. I.; NUNES, T.; MAIA, R. Relações entre Pares e Violência na escola: Percepções de estudantes Paraenses. **Educação em Revista**, Marília, v.19, n.1, p. 121-136, jan./jun., 2018

MUNANGA, K. **Nosso racismo é um crime perfeito** – Entrevista com Kabengele Munanga. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga>. Acesso em: 12.04.2023

MUNANGA, K; GOMES, N. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global editora, 2016.

NUNES, T.; PONTES, F. A. R. ; SILVA, L. I. ; DELL'AGLIO, D.D. Fatores de risco e proteção na escola: Reprovação e expectativas de futuro de jovens paraenses. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 203-210, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. IPDRS / CIDES - UMSA, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAISG. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. **Amazônia sob pressão**. 1. ed. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.

SANTOS, M. S; SILVA, L. I. Eventos estressores na adolescência e juventude: narrativas de estudantes de Belém/PA. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 05, p. 1282-1299, 2020.

SILVA, L. I. MOURA, A. Juventude, Expectativas e Oportunidades de Inserção Social: Percepções de Estudantes de Escolas Públicas em Belém-Pará. In: JACOB, V.; SILVA, L. I. (orgs.). **A Produção Do Conhecimento Em Educação Na Amazônia**: Políticas, Formação E Cultura. 1. ed. v. 1. Campinas: Mercado das Letras, 2020, p. 267-282.

SILVA, L. L. Avaliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior no Brasil: resultados e desafios futuros – estudo de caso UFPA. In: HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise. **10 anos da Lei de Cotas**: conquistas e perspectivas. UFRJ: Ação Educativa, 2022.

UNICEF. 2022. **A Voz de adolescentes**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf. Acesso em: 04.12.2022

Notas

ⁱ O Projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do Hospital Universitário João de Barros Barreto – Universidade Federal do Pará, sendo aprovado sob o parecer nº 2.082.557/CAAE: 67268317.5.0000.0017 de 25/05/2019.

ⁱⁱ Os sujeitos são identificados pelo sexo/gênero – M ou F; pela cor/raça declarada e pela idade.

ⁱⁱⁱ Em vários momentos, fora das sessões de diálogos de GD, a equipe da pesquisa foi procurada por jovens relatando sintomas depressivos e situações de automutilação. Foram realizadas conversas com pais, encaminhamentos para atendimento especializado e sessões sobre saúde mental na escola. Houve também, durante o período, um episódio de tentativa de suicídio de um estudante.

Agradecimento

Agradecemos ao apoio da Capes, cuja bolsa de pós-doutoramento possibilitou este estudo, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD Amazônia – Projeto Pesquisa em educação na Amazônia: história, política, formação de professores e diversidade cultural (Capes. Edital 21/2018). O estágio pós-doutoral foi realizado pela primeira autora no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercambio para a Infância e Adolescência Contemporâneas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NIPIAC/UFRJ e no PPGED/UNIFAP, sob a supervisão da segunda e terceiro autor respectivamente.

Sobre os autores

Lúcia Isabel da Conceição Silva

Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Professora Associada IV da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Docente do Programa de pós-graduação em Educação/UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa em Adolescência e juventude e fatores de vulnerabilidades e proteção – GEPJUV/UFPA.

E-mail: luciaisabel@ufpa.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8871-5913>

Lúcia Rabello de Castro

Ph.D. em Psicologia pela Universidade de Londres e Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia do mesmo Instituto. Membro fundador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para a Infância e Adolescência (NIPIAC/UFRJ) E Presidente do Comitê de Sociologia da Infância da Associação Internacional de Sociologia – ISA.

E-mail: lrcastro@infolink.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1238-4497>

Alexandre Adalberto Pereira

Doutor em Educação. Docente do Curso de Artes Visuais e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Líder do Grupo Pesquisas Educação, decolonialidade e diversidades do PPGED/UNIFAP.

E-mail: pereiraxnd@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4029-1415>

Recebido em: 10/04/2023

Aceito para publicação em: 29/05/2023